

# MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

## A educação (I)

• Há um consenso entre políticos e formadores de opinião sobre a ação do Ministério da Educação: é considerado o que melhor funcionou durante o Governo Fernando Henrique e o que mais profundas alterações positivas introduziu na realidade que encontrou. Paulo Renato é, em consequência, considerado o ministro nota 10. No entanto, quando se pergunta o porquê dessa opinião, as respostas não costumam ser específicas.

Tentarei, ao longo dos próximos dias, descrever as mudanças ocorridas no sistema educacional brasileiro nos últimos três anos, com base nos relatórios dos diversos departamentos do ministério e em entrevistas com os seus responsáveis. A massa de dados disponível é tão grande, o país tão complexo e os problemas tão variados que o retrato que posso traçar será forçosamente incompleto. Espero, no entanto, explicar algumas das razões que fizeram com que a questão educacional deixasse de ser, juntamente com o atendimento à saúde, uma das duas maiores preocupações da população.

A educação é hoje uma preocupação central para 22% dos brasileiros, um índice elevado, mas há uma peculiaridade: segundo uma pesquisa do Ibope feita em janeiro, a educação preocupa 40% dos que têm renda familiar de mais de dez salários-mínimos, mas apenas 15% dos que têm renda de até um mínimo e 13% dos que têm renda familiar entre um e dois mínimos. É provável que a inquietude que perdura se refira à qualidade do ensino, especialmente o universitário, e não ao acesso ao ensino fundamental.

A boa reputação que o ministro Paulo Renato construiu se deve, essencialmente, ao método com que abordou o problema educacional e à equipe que conseguiu recrutar. Método e recrutamento têm origem na sua formação e experiência fora do serviço público federal.

Há, inicialmente, a formação em economia, que o fez valorizar os métodos quantitativos e, particularmente, as estatísticas. Foi diretor do Seade, o instituto de análise de dados de São Paulo, que é quase do tamanho do IBGE. Antes da campanha presidencial de 1994, ocupava uma diretoria do BID, em Washington. Ambos estes cargos requerem um cuidado especial com a exatidão das informações.

Por outro lado, embora Paulo Renato seja gaúcho, toda a sua vida pública é paulista: foi secretário da Educação de Franco Montoro e reitor da Universidade de Campinas. Tradicionalmente, o serviço público de São Paulo é mais rigoroso e organizado que o serviço público federal. Entre outras razões, porque há muitos anos recruta com mais rigor, tem estruturas de carreira e paga salários maiores. Ao ad-

quirir familiaridade com os mais destacados quadros da Secretaria de Educação, da USP e da Unicamp, ele estabeleceu relações de confiança profissional e de liderança que lhe permitiram atrair para Brasília quase todos os auxiliares que quis. Resultado: exceto o gaúcho Abílio Baeta Neves, indicado pela comunidade acadêmica para ser o diretor da Capes e responsável pela educação superior, todos os seus executivos são paulistas. O êxito de dois deles no campo de provas da educação, aliás, levou-os às secretarias-executivas de outros dois ministérios problemáticos: José Luís Portela, no ministério dos Transportes, e Barjas Negri, no da Saúde. Portelinho foi quem conseguiu montar a gigantesca operação logística que, pela primeira vez, entregou os livros didáticos às escolas primárias de todos os estados antes do início do ano letivo. Barjas, especialista em administração de orçamentos, foi quem teve a idéia, juntamente com as professoras Eunice Durham e Maria Helena Castro, do Fundo de Valorização do Magistério, possivelmente a mais importante medida social tomada pelo Governo. O fundo, que já este ano permitirá pagar decentemente as professoras primárias, tem, entre outras vantagens, a de ser a mais abrangente iniciativa de valorização da mulher até hoje adotada no Brasil.

Ao mesmo tempo em que promovia a atualização das estatísticas educacionais, atrasadas desde 1986, Paulo Renato definia as metas do ministério e propunha ao Congresso as alterações legais necessárias para alcançá-las. A meta prioritária é a universalização do ensino básico, acoplada à melhoria dos instrumentos de ensino e ao treinamento das professoras. Ela só poderia ser alcançada com uma mudança da Constituição, a emenda 14, que determina a parcela dos recursos obrigatoriamente destinados à educação atribuída ao ensino básico, e, ainda, se houvesse a descentralização desses recursos.

Hoje, quando a merenda, os livros e os meios eletrônicos já estão municipalizados, tudo parece natural. Foi preciso, no entanto, quebrar cartéis, romper resistências burocráticas, limitar as possibilidades de corrupção.

Foi um dos trabalhos de Hércules: limpar as cavalariças do rei Áugias.